

ATO NACIONAL EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E DA SOBERANIA NACIONAL, Brasília 02 de outubro de 2019.

Pronunciamento de Luiz Fernandes Dourado

Professor Titular Emérito da Universidade Federal de Goiás

Companheiras e companheiros,

Quero saudar cada uma e cada um neste plenário e nesta mesa representativa, envolvendo entidades acadêmicas, sindicais, estudantis, ex-ministros, parlamentares e demais autoridades, na pessoa de Nita Freire, companheira do Patrono da Educação Brasileira Paulo Freire.

Este ato histórico em defesa intransigente da democracia, do estado de direito, da soberania nacional e da educação pública é fundamental, sobretudo em um contexto de grandes retrocessos vivenciados pelo estado brasileiro a partir de ataques à Constituição Federal, às políticas sociais e aos direitos sociais destas decorrentes.

As políticas públicas tem sido marcadas por retrocessos e cortes orçamentários sem precedentes. Está em curso um processo de ataque sistemático à ciência e à educação pública, gratuita, laica, inclusiva, democrática e de qualidade social, em todos os seus níveis, etapas e modalidades.

Na educação básica, majoritariamente ofertada por Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, assiste-se a complexos processos de privatização do público, estimulados pelo governo federal, sobretudo, por alterações nas formas de gestão e organização deste nível educacional, por meio de parcerias público-privadas e pela criação de escolas "cívico-militares". A definição constitucional de garantia da universalização da educação básica não se efetivou, e o país apresenta sérios desafios no tocante à universalização da educação pré-escolar (de 4 e 5 anos) e, sobretudo, ao ensino médio. A educação do campo, a educação de jovens e adultos, a educação inclusiva têm sido alvo deliberado de desmontes, os mais diversos, potencializados pela redução de recursos da União para estados e municípios.

Considerando os indicadores de matrículas (líquida e bruta), a educação superior ainda é considerada de elite, apesar dos processos de democratização, com especial recorte para a lei de cotas, assistência estudantil e da duplicação de matrículas efetivadas no ensino superior público federal, na última década. A proposta do atual Governo Federal (denominada "Future-se") para a educação superior é, na prática, a sua privatização, por meio da quebra da autonomia universitária e por meio de adoção de organizações sociais. O "Future-se", rechaçado pela maioria das instituições

federais de ensino superior, configura-se como uma efetiva ameaça a essas instituições e sua autonomia, ao avanço da ciência e tecnologia e, portanto, à soberania nacional.

Aprofundando o cenário de retrocessos no campo das políticas sociais, o Governo atual, além de reforçar a manutenção da Emenda Constitucional nº 95/2016, que inviabiliza a materialização do Plano Nacional de Educação, retrocede, ainda mais, na agenda para a educação, a partir da redução drástica de recursos para a educação básica e superior e por meio de uma guinada conservadora sem precedentes. É neste cenário que se situam os desafios para a educação nacional no que concerne a garantia de acesso e permanência com qualidade social, num estado com enorme dívida social no campo educacional. Reafirmar a Constituição Federal de 1988 e, portanto, a defesa do Estado Democrático de Direito e de seus fundamentos: a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político, é vital.

No tocante aos direitos sociais à educação, a luta em defesa da efetiva materialização da Constituição Federal é fundamental, pois parte destas definições constitucionais estão postas em questionamento, pelo governo federal, incluindo o dever do Estado com a educação, a garantia dos princípios basilares ao ensino (por meio de projetos como o escola com mordaza/escola sem partido e tentativas de denúncias visando reduzir a autonomia docente, expressando esse movimento conservador no campo); propostas de quebra da gratuidade (especialmente no ensino superior), restrições à autonomia universitária (decretos, cortes de orçamentos, “Future-se”); ação centralizada da união na contramão do estímulo ao regime de colaboração entre os sistemas de ensino, redução do alcance da função redistributiva e supletiva, mediante assistência técnica e financeira da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, explicitada pelos cortes efetivados, pela união, dos recursos a serem repassados para a educação básica; discussões, sob a égide fiscal, em defesa da ruptura com a vinculação constitucional de recursos para a educação (proposta que já se apresentava no projeto “Uma Ponte para o Futuro” e que vem sendo intensificada). Este conjunto de ataques e a secundarização do Plano Nacional de Educação, de suas diretrizes, metas e estratégias, a redução dos recursos para a educação e os efeitos das políticas em curso, complementadas pelos efeitos da EC 95/2016, devem, portanto, ao meu juízo, contribuir para que os movimentos sociais, partidos políticos, movimentos estudantis, sindicatos e outros setores se mobilizem na busca de uma unidade programática que inclua a defesa intransigente do Estado Democrático de Direito, da Constituição Federal – carta magna do país – e do Plano Nacional de Educação como epicentro das políticas educativas.

A Constituição Federal têm importância política e estratégica para o estabelecimento de políticas públicas de Estado, incluindo a educação, e o PNE – a despeito de alguns limites que demarcaram o plano, sobretudo no que concerne às metas e estratégias relativas à avaliação, diversidade e financiamento – é central para a melhoria da educação básica e superior. Essa

importância política revela-se, ainda mais, no atual cenário conservador e neoliberal, cuja conjuntura vem contribuindo para uma regressão da agenda das políticas públicas e, no campo educacional, para a não materialização do plano como política pública de Estado, tendo em vista a opção por uma política regressiva de ajustes de toda ordem, na contramão das políticas e direitos sociais.

A reversão deste cenário de retrocessos requer a mobilização e a busca de políticas e ações, envolvendo a sociedade civil e política, por meio de alteração substantiva da agenda política, econômica e educacional vigente no país. Ressalto, portanto, que este Ato Nacional, contando com ampla participação, é revelador da força da resistência e das lutas em prol da educação pública, gratuita, laica, inclusiva, democrática e de qualidade social e, neste contexto, em defesa da democracia e da soberania nacional.

Viva Paulo Freire e as lutas em defesa da democracia, da soberania e da educação pública, gratuita, laica, inclusiva, democrática e de qualidade social para todas e todos.